



**Governo do Estado de São Paulo  
Controladoria Geral do Estado  
Centro de Recebimento e Tratamento de Manifestações**

**DESPACHO**

**Nº do Processo:** 009.00001839/2023-16

**Assunto:** Protocolo SIC.SP nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria Estadual da Saúde [REDACTED]

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pedido de acesso a informações acerca da fila do Cross para consultas no período de 2017 a 2022, por hospital, por especialidade, na capital e região metropolitana, entre outros. Disponibilização de parte das informações. Provimento Parcial.

**DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00308/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Saúde, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. O órgão demandado negou acesso à informação, indicando como referência o artigo 13, incisos II e III, do Decreto federal nº 7.724, de 16 maio de 2012, o qual dispõe que não serão atendidos pedidos que tenham caráter genérico, desproporcional e desarrazoado. Considerou, no caso em questão, que o pedido abrange um longo período exigindo consultas extremamente específicas a registros e sistemas, até mesmo nos prontuários. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do



Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.

3. Sobre a justificativa apresentada pelo órgão no pedido inicial, é oportuno lembrar que a simples alegação de pedido desproporcional não é suficiente para a negativa de acesso à informação, sendo necessária a demonstração de impacto significativo à atividade da unidade. Sendo assim, o órgão deveria demonstrar objetivamente a relação entre a dimensão do pedido e a sua inviabilidade operacional, conforme o inciso II do § 1º do art. 11 da Lei nº 12.527/11.

4. Apesar disso, denota-se do teor do recurso impetrado que o solicitante reconhece a dificuldade no levantamento de parte das informações, que necessitariam de consulta a prontuários, indicando a possibilidade de fornecimento de bases de dados ou de meios para que ele mesmo faça a consolidação das demais informações, motivo pelo qual a presente análise não se aterá ao fornecimento dos dados de sexo, idade e raça, considerando trecho do recurso à 2ª instância, transcrito a seguir:

Entendemos que, no caso dos dados e perfil dos atendidos (sexo, idade e raça) essa possa não ser uma opção, considerando a alegada necessidade de acesso a prontuários. Entretanto, nos parece factível a oferta de bases de dados e/ou maneiras para que nós mesmos façamos a consolidação dos demais dados solicitados, ou de ao menos parte deles.

5. No curso de diligências realizadas, o órgão disponibilizou parte das informações do tamanho da fila Cross e por consultas no Estado e região metropolitana no período de 2020 a 2022. Em relação aos anos de 2017 a 2019, informou que:

Quanto aos dados referente aos anos de 2017, 2018 e 2019, estão sob guarda da empresa Dousytem, solicitamos o levantamento da base de dados, e até o momento não foi possível o envio das informações, o chamado foi aberto com prioridade.

6. Observa-se que o recorrido informou ter adotado providências junto à empresa que detém as informações dos anos de 2017 a 2019, havendo previsão expressa da LAI para atendimento pela entidade privada, nos termos do inciso III do artigo 7º da Lei nº 12.527/2011, o qual dispõe que o direito de acesso à informação alcança, também, a “informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado”.

7. Ante o exposto, considerando que o órgão disponibilizou parcela da informação durante a instrução do presente, **julgo**



**prejudicada a parte do recurso** relativa às informações dos anos de 2020 a 2022, **por perda parcial de objeto**, com fundamento no artigo 11 da Lei nº 12.527/2011; **conheço do recurso no que se refere** aos anos de 2017 e 2019, e no mérito, **dou provimento parcial**, com fundamento no artigo 20, inciso I, do Decreto nº 58.052/2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo Decreto 66.850/2022.

8. Com efeito, o órgão deverá disponibilizar, **no prazo de 20 (vinte) dias**, a planilha com os dados de 2017 a 2019, que se encontram custodiados por empresa privada, já solicitados e ainda não entregues, com fundamento no inciso III do artigo 7º da LAI, sem os dados e perfil dos atendidos (sexo, idade e raça), tarjando apenas as informações protegidas por hipótese legal de sigilo ou pessoais que possam desrespeitar a intimidade, vida privada, honra e imagem de pessoas, bem como liberdades e garantias individuais, nos termos dos artigos 22 e 31 da Lei nº 12.527/2011, respectivamente.

9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados.

São Paulo, 22 de setembro de 2023

**Valmir Gomes Dias**

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público - Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias**, **Coordenador de Ouvidoria de Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 22/09/2023, às 19:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site